



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

**O QUE FAZEMOS E O QUE NÃO FAZEMOS DIANTE DAS QUESTÕES ÉTNICO-
RACIAIS: O PAPEL DA ESCOLA E DA DOCÊNCIA NO TRABALHO
PEDAGÓGICO RELACIONADO À LEI 10.639/2003**

MARIA GORETE DA SILVA DOS SANTOS

GUARABIRA

2017

MARIA GORETE DA SILVA DOS SANTOS

**O QUE FAZEMOS E O QUE NÃO FAZEMOS DIANTE DAS QUESTÕES ÉTNICO-
RACIAIS: O PAPEL DA ESCOLA E DA DOCÊNCIA NO TRABALHO
PEDAGÓGICO RELACIONADO A LEI 10.639/2003**

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Departamento de educação, Campus III, como pré-requisito para a conclusão do curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil, orientando pela Prof^a Ms^a Sheila Gomes de Melo.

GUARABIRA-PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237q Santos, Maria Gorete da Silva dos.
O que fazemos e o que não fazemos diante das questões étnico-raciais [manuscrito] : o papel da escola e da docência no trabalho pedagógico relacionado à lei 10.639/2003 / Maria Gorete da Silva dos Santos. - 2017.
46 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo, Departamento de Educação - CH."

1. Formação docente. 2. Práticas pedagógicas. 3. Lei . 4. /.

21. ed. CDD 371.192

MARIA GORETE DA SILVA DOS SANTOS

O QUE FAZEMOS E O QUE NÃO FAZERMOS DIANTE DAS QUESTÕES
ÉTNICO-RACIAIS: O PAPEL DA ESCOLA E DA DOCÊNCIA NO TRABALHO
PEDAGÓGICO RELACIONADO À LEI 10.639/2003

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Étnico-Racial
na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para a
conclusão sob a orientação da Profª Msª Sheila Gomes de Melo.

Aprovada em: 13 / 11 / 2017

Sheila Gomes de Melo

Profª. Msª Sheila Gomes de Melo
Orientadora

Waldecir Ferreira Chagas

Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas
Examinador

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar

Profª. Drª. Jórisa Danilla Nascimento Aguiar
Examinadora

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que permitiu o acontecimento desta realização em meu viver. A toda minha família, em especial meus pais: José e Severina (in memorian), ele analfabeto e ela semianalfabeta, não cessaram esforços para me incentivarem a buscar novos conhecimentos, não deixando desistir nos momentos mais difíceis do meu sonho: está sempre em busca de novos conhecimentos, tentando resgatar meus direitos que muitas vezes foram negados e plantar esta semente de auto estima e superação por onde passar.

Não poderia esquecer as minhas irmãs: Graça e Maria (Nova), que durante esta difícil jornada mim deram forças e me fizeram acreditar que chegaria ao fim desta longa e espinhosa batalha. E especialmente ao meu grande amor Everaldo que tanto me serviu de ancora ao longo destes anos de convivência e aprendizado.

Enfim a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a consolidação deste trabalho e que acreditaram e acreditam no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus.

Por toda esperança a qual depusitei, com a certeza de que chegaria até o fim desta longa caminhada. Por Ele ter iluminado minha mente a respeito do que fazer e escrever. Obrigado Senhor!

A minha família.

Pelo incentivo e apoio que a mim depositaram;

A minha orientadora Sheila Melo.

Que muito contribuiu com a minha formação e realização deste trabalho, sempre confiando e acreditando em mim e no que eu produzia.

A todos os professores da Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil UEPB Campus III.

Que em suas particularidades nos ajudaram a ser seres críticos, independentes e autônomos na construção de nossas aprendizagens e principalmente a assumirmos nossa identidade negra com autoestima, orgulho e superação.

A toda turma 2016.2.

Que direta ou indiretamente, criamos laços de amizade, aprendendo a respeitar as diferenças e seguindo de mãos dadas até o fim.

A meu esposo Everaldo

Que mesmo em alguns momentos não me apoiando, mais esteve do meu lado sem proibir-me de seguir a diante.

As minhas amigas Dayana, Risângela Mirella e Acássia.

Que mesmo nos momentos de discórdias construímos uma amizade sólida, que esperamos o tempo não apagar.

Obrigada à todos (as)!

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

NELSON MANDELA

RESUMO

Considerar a abordagem dos conteúdos referentes à educação étnico-racial e a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, continua sendo um desafio constante a ser enfrentado pela escola. Uma sala de aula que deveria ser lugar de combate ao racismo e as práticas discriminatórias acaba, por vezes, reproduzindo essas práticas. Diante dessas constatações resolvemos pesquisar em que medida a escola e os (as) docentes estão contribuindo para o trabalho pedagógico relacionado à Lei 10.639/03 tomando como estudo de caso uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, localizada no agreste paraibano. Diante disso, o objetivo geral foi analisar a formação dos (as) docentes e as práticas pedagógicas em relação à aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula. E como objetivos específicos: perceber a resistência, negação e/ou inserção dos conteúdos referentes ao negro; identificar na práxis dos (as) educadores (as) e nos depoimentos elementos que dizem respeito à situação de preconceito existente no âmbito escolar, bem como caracterizar o aporte teórico dos educadores acerca do bojo da Lei 10.639/03. As considerações teórico-metodológicas estão amparadas em Munanga (2005), Videira (2006), Brasil (2003), dentre outros, que de maneira pertinente apresentam a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana. Para o estudo, procedeu-se a seguinte metodologia: quanto aos tipos, é uma pesquisa bibliográfica, um estudo de caso e, também uma pesquisa de campo. E, quanto às técnicas e instrumentos: observações e aplicação de questionário semi-estruturado para os sujeitos envolvidos, respectivamente (OLIVEIRA, 2007). Observou-se que a promulgação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), é uma conquista bastante significativa para Educação, nos seus diversos níveis, pois a mesma foi resultado de muita luta, tanto de docentes, quanto dos movimentos sociais. Após a análise dos dados concluímos na escola pesquisada houve um discreto avanço no sentido do cumprimento da lei nº 10.639/03 BRASIL (2003), pois ainda há muita resistência na abordagem dos conteúdos. A maioria dos (as) docentes não conhece e/ou não aplicam a Lei 10.639/2003 em suas práticas. Mas, nem sempre a experiência e a formação são suficientes para fazer a diferença em suas práticas, pois mais importante do que experiência é ter compromisso político, força de vontade, inquietação, humildade, insistência, para tornar seu ensino não apenas “ensino”, mas que ele resulte em aprendizado.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003. Formação docente. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Considering the approach of the contents regarding ethnic-racial education and the applicability of Law 10.639 / 2003, it remains a constant challenge to be faced by the school. A classroom that should be a place to combat racism and discriminatory practices sometimes reproduces these practices. In light of these findings, we decided to investigate the extent to which the school and the teachers are contributing to the pedagogical work related to Law 10.639 / 03, taking as a case study a Municipal School of Elementary Education I and II, located in the agreste region of Paraíba. Therefore, the general objective was to analyze the teacher training and pedagogical practices in relation to the applicability of Law 10.639 / 03 in the classroom. And as specific objectives: to perceive the resistance, negation and / or insertion of the contents referring to the black; to identify in the praxis of the educators and in the testimonies elements that concern the situation of prejudice existing in the school environment, as well as to characterize the theoretical contribution of educators about the bulge of Law 10.639 / 03. The theoretical-methodological considerations are supported by Munanga (2005), Videira (2006), Brazil (2003), among others, that pertinently present the appreciation of Afro-Brazilian and African history and culture. For the study, the following methodology was used: in terms of types, it is a bibliographical research, a case study and also a field research. And, regarding the techniques and instruments: observations and semi-structured questionnaire application for the subjects involved, respectively (OLIVEIRA, 2007). It was observed that the enactment of Law 10.639 / 03 (BRAZIL, 2003), is a significant achievement for Education in its various levels, as it was the result of much struggle, both teachers and social movements. After analyzing the data, we concluded that there was a slight advance in the sense of compliance with Law No. 10.639 / 03 BRASIL (2003), since there is still a lot of resistance in the content approach. The majority of teachers do not know and / or do not apply Law 10.639 / 2003 in their practices. But experience and training are not always enough to make a difference in their practices, for more important than experience is having political commitment, willpower, caring, humility, insistence, to make your teaching not just "teaching" but that it results in learning.

Keywords: Law no. 10,639 / 2003. Teacher training. Pedagogical practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Fachada da Escola	30
Figura 2 –	Biblioteca da Escola.....	31
Figura 3 –	Pinturas das paredes da biblioteca.....	32
Figura 4 --	Roda de leitura do livro: Menina Bonita do Laço de Fita	38
Figura 5 –	Apresentação das atividades realizadas a respeito da obra: Menina Bonita do laço de Fita.....	38
Figura 6 -	Projeto do folclore: Trabalhando brinquedos e brincadeiras.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela I –	Perfil pessoal dos professores.....	34
Tabela II –	Perfil formativo dos professores.....	35
Tabela III -	Perfil profissional dos professores.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: O RACISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	15
1.1. O racismo como ideologia de dominação: discutindo conceitos.....	16
1.2-Políticas públicas de formação docente: refletindo sobre alguns aspectos.....	18
CAPÍTULO II: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DES(CONSTRUÇÃO) DAS DESIGUALDADES.....	21
2.1-O papel do professor: atitudes e posicionamentos frente às relações étnico-raciais.....	23
2.2-Aplicabilidade da lei 10.639/2003: desafios para a prática docente.....	25
CAPÍTULO III: O CAMPO DE PESQUISA E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E PERFIL DOS (AS) PROFESSORES (AS).....	29
3.1. A escola: organização, estrutura e aproximação com a temática étnico-racial.....	29
3.2. Perfis dos sujeitos: pessoal, profissional e formativo.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERENCIAS	45
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) originou vários debates acerca das mudanças necessárias na educação, principalmente na Educação Infantil. Mudanças estas fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e igualitária. Transformações no currículo, nas práticas, na formação docente, e até mesmo nos materiais didáticos são necessárias. Para avançarmos precisamos compreender que como educadores (as) precisamos construir saberes. Tais saberes são indispensáveis as nossas práticas, numa perspectiva de educação emancipatória (FREIRE, 1996). De acordo com Maurice Tardif os saberes “brotam da experiência e são por elas validados. Eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e saber-ser” (TARDIF, 2014, p. 39).

Compreendemos que as escolas são instituições sociais as quais devem acompanhar essas transformações, pois muitas vezes a sala de aula que deveria ser lugar de combate ao racismo acaba reproduzindo práticas discriminatórias. Em algumas situações ocorridas na sala de aula, muitos (as) dos (as) docentes se posicionam apenas dizendo: “O que é isso meu filho? Ele é igual a você! Respeite seu colega!”. E a partir dessas situações acaba o (a) professor (a) silenciando em suas atitudes ao invés de aproveitar esses momentos para inferir sobre o respeito, a igualdade e valorização de todos os povos independente da melanina a mais que se tem na pele.

Fatos como este sempre me incomodaram como aluna, pois vivenciei a reprodução do livro didático e da ditadura. Durante a minha prática docente pude perceber o preparo e/ou despreparo de tantos profissionais da educação. Inclusive tive a oportunidade de repensar a minha própria vivência, pois como educadora pude ter contato com questões relacionadas ao racismo, as quais pude me posicionar como sujeito construtor de minha própria história na graduação.

O presente trabalho aborda a seguinte temática: O que fazemos e o que não fazemos diante das questões étnico-raciais, bem como o papel da escola e da docência no trabalho pedagógico frente às questões étnico-raciais e o atendimento da Lei 10.639/03. E como problemática temos: Em que a escola e os (as) docentes estão contribuindo, por meio das práticas pedagógicas, para a aplicabilidade da Lei 10.639/03 numa Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, localizada no Agreste paraibano?

Sendo assim, o motivo de refletirmos acerca das alternativas para o problema citado, ocorreu devido às negações que enfrentei na minha infância e também em observações de práticas vivenciadas em sala de aula, sob a percepção de que ao longo da História do Brasil, o negro vem sendo estigmatizado, ou seja, explorado, desvalorizado, discriminado. Isso aconteceu e, ainda acontece devido à fomentação historiográfica ter sido construída com base no eurocentrismo.

Logo, o objetivo geral foi: Analisar a formação dos (as) docentes e as práticas pedagógicas em relação à aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula. E como objetivos específicos: perceber a resistência, negação e/ou inserção dos conteúdos referentes ao negro; identificar na práxis dos (as) educadores (as) e nos depoimentos elementos que dizem respeito à situação de preconceito existente no âmbito escolar, bem como caracterizar o aporte teórico dos educadores acerca do bojo da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Mesmo com todos os dispositivos legais favorecendo uma educação voltada as relações étnico-raciais, como por exemplo, Constituição Federal (BRASIL, 1988); Estatuto da criança e do adolescente (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996); Referenciais curriculares para educação infantil (BRASIL, 1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), entre outros, a escola e quase todas as pessoas que nelas atuam, acabam conscientemente ou inconscientemente camuflando as práticas de racismo existente em sala de aula.

Optamos por uma pesquisa de metodologia qualitativa, pois de acordo com Oliveira (2007)

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um método detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômeno da realidade. Esse fenômeno visa buscar informações fidedignas para se explicar com profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA, 2007, p.60).

Entendemos que este método de abordagem corresponde à obtenção dos resultados, permitindo-nos descrever os fatos observados com precisão. Um dos métodos que a investigação dispôs foi a pesquisa bibliográfica. Após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado, ou seja, todo conjunto de materiais escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contém informações já elaboradas e

publicadas por outros autores compõe a bibliografia. Define-se assim a problematização da pesquisa, a partir dos referenciais publicados. Nesse caso, constitui uma técnica para proporcionar ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento e o treinamento científico, que habilita a produção do trabalho acadêmico. Para tanto, apoiamos-nos em: MUNANGA (2005), VIDEIRA (2006), BRASIL (2003), entre outros, que de maneira pertinente apresentam a valorização da cultura afro-brasileira.

Outro método foi à pesquisa de campo, a qual possibilitou entrar em contato direto com os sujeitos envolvidos. Os dados foram coletados a partir dos seguintes instrumentos: observação e um questionário, tendo como público-alvo seis docentes.

A referida escola é o campo de trabalho que desempenho minha função como docente há quatro anos. Fato este que facilitou o contato com (os) as professoras (es), como também o conhecimento da dinâmica da escola. Vale ressaltar, que mesmo eu sendo funcionária da instituição, os resultados obtidos não representam minhas impressões pessoais. A pesquisa teve a duração de três meses, entre 14 de fevereiro a 14 de maio, período destinado às observações e a aplicação do questionário, o qual foi respondido pelas (os) professoras (es) para análise do nosso objeto de estudo.

Portanto, este trabalho pretendeu contribuir com o aprendizado e ampliação do conhecimento, favorecendo futuros alunos, professores e a educação como um todo a lutarem pela equidade, independente da cor da pele, religião ou cultura, pois todos merecem viver e ser respeitados em suas diferenças, cooperando com a formação da autoestima, desconstruindo o racismo, as desigualdades e afirmando a construção da identidade da criança negra em seu convívio social.

O conteúdo deste trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro aborda a questão do racismo e as políticas públicas de formação de professores. O segundo apresenta a escola como espaço de legitimação das desigualdades e uma discussão sobre a Lei 10.639/03, a qual é uma conquista, resultado de muitas lutas e que representa uma ação afirmativa com o intuito de mostrar para as crianças desde cedo à importância do povo negro e suas contribuições, ainda é motivo de resistência em muitas instituições de ensino, talvez sendo mais fácil reproduzir o que o livro didático mostra.

Continuamos com o terceiro capítulo dedicado a análise dos dados oriundos dos questionários e observações. Foram questões relacionadas à formação dos (as) docentes e suas práticas em relação à inserção da abordagem étnico-racial em sala de aula.

E, por fim, apresentamos nossas considerações finais na qual destacamos a resistência em aplicar a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e incluir a temática étnico racial desde as primeiras séries, como também, o silenciamento por parte da escola e dos profissionais que nela atuam em relação a não ressignificação dos conteúdos referentes ao negro em suas práticas educativas. E/ou repassando através de recortes como traz os livros didáticos.

Todavia é dever da escola e dos profissionais da educação, tentar romper os conceitos elitistas que os livros didáticos trazem com uma proposta contínua voltada a temática afro brasileira, a qual valorize e respeite as diferenças, já que ela faz parte do cotidiano de cada sujeito.

1. O RACISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Embora a sociedade brasileira, no período entre o fim do escravismo e os tempos atuais, tenha passado por significativas transformações, a representação do negro permanece quase inalterada em relação ao estereótipo do escravo submisso. Este trabalhador (a) negro (a) continua sendo visto, como se o único lugar destinado aos negros fosse à subalternidade e a inferioridade.

Já o modelo de homem é representado pelo branco, classe média, mostrando sua superioridade. Para muitas pessoas os negros são considerados inferiores, só servem para o trabalho escravo e seu lugar é na África. Rosemberg corrobora essa afirmativa quando diz que “o homem branco adulto proveniente dos estratos médios e superiores da população é o representante da espécie mais frequente nas estórias, aquele que recebe um nome próprio, aquele que se reveste da condição de normal” (ROSEMBERG, 1985, p.77).

Os valores culturais e históricos de um povo, como também sua inferiorização através de estereótipos conduz na maioria das vezes a rejeição de seus valores culturais e preferenciando a estética e valores culturais de grupos mais valorizados.

E, sobre o racismo, temos que:

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista, que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 1999, p. 25)

Essa é a ideia internalizada dentro das pessoas no Brasil, de supervalorizar o branco e desvalorizar o negro e tudo que está relacionado a esta população negra. Mas o povo negro não deve ser visto somente como peça de trabalho, ou seja, a partir do tráfico negreiro, mas sim mostrar para o educando que este povo negro tem uma cultura, uma História a ser estudada, e foram os construtores desse mesmo país chamado Brasil.

Diante desse cenário, a formação de professores destaca-se como um tema crucial e de grande importância dentre as políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais, pois os desafios apresentados à escola exigem dos docentes outro patamar profissional e formativo, muito superior ao hoje existente.

Além de oferecer uma formação inicial consistente, é preciso proporcionar aos professores oportunidades de formação continuada. Entretanto, a definição de diretrizes para a formação profissional dos professores não depende apenas da identificação das tarefas próprias da educação escolar, depende também, da identificação do lugar que a formação de professores ocupa no conjunto de fatores que interferem na aprendizagem dos seus alunos.

1.1 O racismo como ideologia de dominação: discutindo conceitos

Somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente. Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. (MOURA, 2004, p. 01)

Para refletir sobre o racismo como arma ideológica de dominação, esse tema tão abrangente e polêmico em que se concentram opiniões contraditórias, é que se discutem as consequências e, também, suas causas, muitas vezes até acompanhadas de uma carga emocional no que se refere a sua atuação, significado e função.

Segundo Moura (2004), não se pode levar em consideração a ideologia de dominação do racismo sem antes admitir o seu papel social, político e ideológico, pois em determinados contextos políticos ele aparece cada vez mais agressivo.

Portanto, o racismo como ideologia de dominação inicia-se no mundo no período do colonialismo. Nesta época os negros eram tratados como “selvagens” ou “bárbaros”, pois segundo seus senhores eles não podiam ser civilizados. Eram pessoas que não tinham ética, valores, costumes, etc. Eles serviam para serem explorados, escravizados e usados como mãos de obra barata.

Acreditando nesta teoria o Brasil alimenta e fortifica cada vez mais a ideologia de dominação, sustentando-se do racismo como ciência e não é, e sim uma forma de agressividade em seu contexto local, nacional e internacional.

Desta forma o sistema colonial se fortalecia exaltando os Europeus, considerados superiores e menosprezando negros e índios, considerados inaptos à civilização, pois os mesmos não tinham história, moral ou qualquer perspectiva civilizatória.

Para provar isso, pesquisas foram realizadas para saber se os habitantes da cidade eram ou não superiores aos camponeses, se os mediterrâneos eram ou não superiores a outras raças europeias, se os nórdicos eram superiores aos alpinos. Esses testes eram realizados através da capacidade craniana, medição de índice cefálico, mensuração de crânios e esqueletos. Representava, em última instância, as contradições e os conflitos das nações europeias em luta pela dominação continental, ou seja, tudo era feito com um só propósito enaltecer a superioridade do povo branco e subalar a inferioridade do povo negro (MOURA, 2004).

A passagem do colonialismo para o imperialismo fez com que as metrópoles vissem as áreas coloniais, como habitadas por povos incapazes de elevar-se ao nível dos países dos brancos, assim multiplicando e modernizando as formas de racismo, ou seja, o desenvolvimento de escravidão continuou, só que mais sofisticada, porque, lutas, movimentos, etc. Não eram aceitos, só justificavam a repressão e a continuação da inferioridade. Moura (2004) diz que:

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido. (MOURA (2004, p.6)

A ideologia do colonialismo sobre o racismo era e é alimentada na América Latina até os dias atuais, tratando o povo negro como inferior devido nossa própria autoanálise, pois carregamos dos países colonizadores a ideia de inferiorização e a reproduzimos através da não aceitação do negro como ser humano e social, negando-lhes que independe da cor da pele, cabelos crespos, nariz achatados, lábios grossos e outras características físicas que o povo negro possui, eles além de seres humanos são também seres étnicos, cultural e político.

Com a derrota do Nazismo e o surgimento da Guerra Fria entra em ação os pronunciamentos dos antropólogos e sociólogos que repuseram a questão racial em termos científicos, os mesmos defendem que a questão racial não tem relação com uma superioridade definida através de traços biológicos, diferenças genéticas, sociais ou culturais, pois todo

indivíduo é capaz de participar da vida em comum independente de suas diferenças, nada afetando na organização política ou social em suas relações sociais. Moura (2004) nos faz refletir dizendo:

Estamos às vésperas do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistemas as regiões espoliadas. Esse é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária. (MOURA, 2004, p. 23)

Contudo, todos os países do 3º mundo utilizam-se das mais diversas formas de racismo, desde documentos, exploração de mão de obra, jogos e até mesmo a morte de muitos inocentes para fortalecer-se politicamente e socialmente. Todavia essas são formas errôneas de dominação, que chama nossa atenção para às vésperas do novo milênio a lutarmos para que as nações tidas como atrasadas, assumam um novo papel político, étnico e social e que este seja de ascensão, assim resgatando o passado de dominação.

1.2. Políticas públicas de formação docente: refletindo sobre alguns aspectos

A relação entre formação inicial e continuada significa integrar, no próprio currículo da formação inicial, professores já atuantes, que desde logo se tornam agentes da formação dos futuros docentes. A formação inicial deve fornecer ao futuro professor uma sólida bagagem nos âmbitos científico, cultural, social, pedagógico para o exercício profissional, ao passo que a formação continuada se centra nas necessidades e situações vividas pelos docentes (VEIGA, 2002, p.86).

A partir da década de 90 a educação brasileira passou a ser orientada pela política educacional recomendada pela UNESCO, a qual se pautava no respeito à diversidade cultural e diferenças humanas. Sob a premissa de “Educação para todos”. Portanto, a proposta para educação que a UNESCO tinha era erradicar as desigualdades e os desrespeito às diferenças, mas para isso era necessário um conjunto de mudanças, desde a oferta de um currículo que contemplasse as especificidades de grupos distintos, de suas histórias e culturas, ao cuidado e valorização dos profissionais da educação.

No Brasil, passou-se a investir, por exemplo, em um currículo voltado para as diferentes características regionais, bem como, nas diferentes manifestações culturais. Mas

como preparar nossos professores (as) para trabalhar com essas temáticas de modo a contribuir para formação de educandos conscientes, críticos e aptos a manter relações baseadas no respeito mútuo e valorização da diversidade?

A realidade é que existem momentos que muitos professores não sabem agir diante de algumas situações. O exemplo disso tem o depoimento da professora Lucimar Rosa Dias (2015) que quando seu filho perguntou se ela podia ficar branca, ela ficou nervosa e respondeu: “Eu sou negra. Por que quer saber se posso ficar branca?” (p. 01). No entanto, podemos perceber que mesmo ela sendo Militante do Movimento Negro, educadora e pesquisadora da área de relações raciais e infância, não foi capaz de refletir e mostrar ao filho de maneira satisfatória, sua origem, deixando-o triste e insatisfeito. Por isso só formação não é suficiente, mas muitas vezes a reflexão e a ação valem muito mais.

Como resultado de muita luta de todos os segmentos para que os (as) docentes tivessem uma formação inicial e continuada consistente, a fim de atender as demandas de um novo modelo de sociedade, educar para diversidade. Podemos destacar ações que muito contribuiu para dinamizar o processo de formação de professores, foi à criação de verbas específicas destinadas a educação, como exemplo o antigo FUNDEF, hoje FUNDEB, como também a criação das secretarias específicas para cada modalidade de ensino. Munanga (2005) afirma que:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional (MUNANGA, 2005, p.15)

Outras ações consideradas importantes para o crescimento profissional dos docentes foram as cotas, proporcionando ao educador (a) entrarem em cursos de graduação, pós graduação e até mestrado, a fim de garantir aos discentes um ensino aprendizagem significativo.

Consideramos que nos dias atuais já não seja mais permitido alguns (as) docentes utilizarem em seus discursos e/ou práticas que faltam materiais didáticos, leis e formação para atuarem em sua docência, pois muitas vezes o que falta é agir como um ser político preocupados (as) com o desenvolvimento intelectual de vários sujeitos e não em desenvolver políticas partidárias que estejam para engrandecer apenas grupos privilegiados. É preciso pois,

cada docente se reconhecer como um educador e não estar a serviço de politikeiros mas a serviço de uma comunidade que precisa se formar e formar cidadãos autônomos e críticos.

A ideia de compromisso com uma escola transformada, viva, coletivizada e participativa é algo que nós, profissionais envolvidos com a formação de professores, temos que reafirmar a cada dia, ainda que, como bem lembrado por Contreras (1999), não tenhamos outra saída que não a de resistir às “ondas” que, de tempos em tempos, obscurecem, principalmente no Brasil, esse ideal. (ALONSO, 2005, p. 288).

Em muitos momentos em nossa conjuntura percebemos que em busca de suprir a falta de profissionais da educação, projetos são desenvolvidos, porém sem um olhar mais atento a que profissional estamos formando para a nossa Educação. E principalmente que tipo de Educação queremos para todos. No entanto, os intelectuais (políticos, e demais responsáveis na organização educacional), deverão lembrar que o docente é um trabalhador e um cidadão e que por isso, seu trabalho deverá estar situado em seus deveres e em suas necessidades sociais e pessoais, caso contrário, continuaremos caminhando sem o rumo certo, estando a formação de professores também alinhada no sentido de melhoria e não de quantidade.

No próximo capítulo discutiremos a escola como reprodutora de desigualdades, pois esse espaço considerado como promotora de (des) construção de racismo e/ou desigualdades acaba muitas vezes alimentando esses preconceitos.

2. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DES(CONSTRUÇÃO) DAS DESIGUALDADES

Desde os primórdios vivemos uma história do negro no Brasil em que as escolas reproduzem o que o livro didático traz e este instrumento reproduz uma forma de saber eurocêntrico. Ou seja, de acordo com Videira (2007) a mulher, o índio, o negro, dentre outros considerados inferiores, são representados por caricaturas, estereótipos, cor da pele, etc. Essas representações sociais do negro em veículos de comunicação aparecem quase sempre como serviçais, muitas vezes de forma indigna. Em cartazes alusivos às datas cívicas, históricas e sociais, esses problemas de fundo racista repetem-se.

Com isso, o que se continua fazendo na maioria das escolas é reforçando consciente ou inconscientemente as várias formas de desigualdades. Sabemos que existem vários recursos didáticos utilizados em sala de aula, como por exemplo: livros didáticos, materiais visuais, audiovisuais, brincadeiras, músicas, etc. Muitas vezes esses recursos vêm carregados de conteúdos viciados, termos pejorativos, imagens depreciativas e elementos preconceituosos que buscam inferiorizar a imagem do negro. Os mesmos preconceitos são algumas vezes introjetados nas relações sociais entre professores e alunos e entre os próprios alunos. Para Videira (2007):

A inconsciência não lhes tira a responsabilidade e faz com que incorporem e naturalizem determinados comportamentos racistas e discriminatórios. Portanto, a não percepção consciente seria, quase, uma condição de existência da discriminação/preconceito em relação às crianças negras, e as atitudes desses profissionais magoam e marca, certamente, a criança pela vida afora. (VIDEIRA, 2007, p.104)

Compreendemos que a sociedade como um todo, sofre constantes transformações. E com a nossa não poderia ser diferente. Compreendemos também que as escolas são instituições sociais que devem acompanhar essas transformações, as quais vão acontecendo ao longo dos tempos, especialmente no setor educacional.

Sabemos que a escola é um lugar em que recebe um público alvo muito diversificado, que cada um traz consigo seus costumes, suas crenças, suas religiões e, também, que tudo que acontece na sociedade reflete-se dentro da escola. Por isso, questões de racismo, desigualdades e discriminações são constantes no âmbito escolar e o principal lugar de se questionar e intervir nas relações são no ambiente escolar, pois este é um problema

constante e que muitas vezes passa despercebido pelos profissionais da educação, é nele que muitas vezes as crianças procuram encontrar respostas para suas inquietações e em vez disso encontram a interrupção baseada em reprodução de práticas discriminatórias. Para afirmar isso Videira (2007) em sua pesquisa constatou que:

[...] tais concepções preconceituosas e discriminatórias, que dão sustentação às desigualdades, à perpetuação do racismo e à discriminação étnico-cultural da sociedade brasileira, têm encontrado, na escola, um espaço fértil para sua reprodução. Isso tem contribuído para a desqualificação e autoconceito inferiorizado dos educandos negros, dificultando, para eles, a consolidação de uma auto-imagem e identidade positivas. (VIDEIRA, 2007, p. 100)

Os profissionais que atuam nas instituições escolares precisam compreender o contexto no qual estão inseridos em consonância com o mundo fora do ambiente escolar. Para tanto, deverá ultrapassar o espaço limitado da sua sala de aula, para conhecer a diversidade e a partir desta, expandir seu modo de ver, julgar e agir, respeitando e valorizando sempre a pluralidade de saberes existentes no seu âmbito escolar.

Diante disso, a escola e os professores precisam estar preparados para lidar com estas situações, não para camuflarem, mas para ajudar na desconstrução das imagens negativas sobre o negro e na construção da identidade de cada aluno (a).

Vale ressaltar que os educadores que se encontram no exercício de sua profissão sentem dificuldades perante certas situações de preconceito, isso se deve ao processo de assimilação de uma ideologia superior imposta no âmbito escolar, já que quando eram educados, foram ensinados a perceber a vida do negro a partir da sua vinda ao Brasil para argamassar a economia de seus senhores mediante um trabalho duro e árduo.

Para isso Munanga (2000) afirma que “na maioria das vezes, os professores não estão preparados para lidar com as diferenças e muitos deles já se mostram predispostos a não esperar o melhor resultado do estudante negro e pobre” (p.13). Diante desta afirmação, podemos considerar que o professor é a peça fundamental na sala de aula, pois o que se insere dentro da escola pode deixar marcas profundas na formação do educando seja positivamente ou negativamente, irá depender de como é abordado.

2.1. O papel do professor: atitudes e posicionamentos frente às relações étnico-raciais

Todos aqueles que favorecem a manutenção, indução ou propagação do racismo, preconceito e discriminação racial no espaço escolar precisam ser levados a rever suas atitudes. Não basta ser um bom profissional, tem de “ensinar com perfeição e sem coação”. Daí a necessidade de ser solidário, em relação aos problemas que atingem os alunos negros: “buscar soluções para esse problema não representa um trabalho apenas em favor dos alunos negros. Mais do que isso, representa um trabalho em favor do ser humano e em prol da cidadania, da democracia e da sociedade brasileira” (CAVALLEIRO, 1991, p. 55).

É notável que quando a criança é inserida na escola, ela traz consigo acúmulo de lembranças em sua memória, construindo sua identidade por meio das experiências vividas. No entanto, muitas já chegam à escola como derrotadas e não tem a oportunidade de se desenvolver intelectualmente. Munanga reforça dizendo: “O que acontece é que a criança simplesmente não encontra no espaço da escola condições adequadas para se desenvolver intelectualmente” (MUNANGA, 2000, p.14).

Portanto ao longo da história e até os dias atuais, a escola tem assumido uma identidade de reprodução de exclusão, por ser um espelho do que é a sociedade. Questões como as diferenças e seu tratamento no cotidiano escolar precisam ser prioritárias para a formação do educador, que terá no seu cotidiano a difícil tarefa de incutir em suas práticas a defesa do direito à diferença e à valorização cultural de todos os segmentos sociais.

Um dos primeiros passos para minimizar o preconceito racial na escola é a tomada de consciência dos profissionais da educação como um ser racista. Partindo da tomada de consciência desta realidade não podemos cruzar os braços e simplesmente apenas sentir “pena” ou achar que as vítimas são “coitadinhas”, pois muitos professores se dizem não serem preparados para lançar mão dos flagrantes existentes no ambiente escolar para transformar a realidade em que lhes rodeia. Mas no momento atual com os avanços que a educação tem tido, todo (a) educador (a) é capaz de tornar um momento de preconceito e/ou desigualdade em ressignificação. Talvez esse despreparo que se dizem ter, seja pelo preconceito já incutido dentro de si.

Precisamos utilizar esses momentos e a presença das “vítimas” para enriquecer nossas práticas pedagógicas, aproveitando o espaço escolar como lugar privilegiado para conscientizar os alunos sobre a importância do negro e a riqueza que ele traz a nossa cultura e

a nossa identidade nacional e refletir sobre qualquer situação de desigualdades, principalmente superioridade e inferioridade.

A formação de educadores não pode ignorar o multiculturalismo, a globalização, manifestações religiosas e culturais diversas, muito pelo contrário, devem dar a devida importância a essas realidades e aos seus impactos no cotidiano escolar. A pluralidade cultural e a racial nos desafiam a construir uma proposta pedagógica multicultural. Faz-se necessário formar educadores (as) para lidar com a diversidade e criticar práticas discriminatórias. Práticas que vão desconstruir preconceitos desde a educação infantil e afirmar a identidade da criança negra. Videira (2006) diz que:

A escola precisa organizar-se para demonstrar a todos a importância da pluralidade étnica na sociedade. Os educadores devem contemplar a discussão da diversidade étnica da sociedade; discutir os problemas sociais, em suas diferentes proporções, que atingem os grupos étnicos. (VIDEIRA, 2006, p.106)

Não se devem negar as crianças negras o seu passado de lutas, de influências culturais na sociedade brasileira como na dança, comidas, vocabulários, etc. E que o povo negro tiveram e continuam tendo sua relevância na construção histórica, econômica, social, política, intelectual e cultural do Brasil.

Na busca por atingir o que foi descrito no parágrafo anterior, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) nos orientam dizendo que:

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que partilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela.” (BRASIL, 1997, p.23-24)

Portanto, é urgente e necessária uma proposta de educação pautada no reconhecimento as diferenças, no respeito e na valorização, permitindo ao educando entender a origem da diversidade brasileira. Assim dizer que, a responsabilidade desta educação não é apenas da escola, mas da família e da sociedade como um todo. Desafio este que deve ser constante,

fazer valer o que estabelece o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de pluralidade, como também a Lei 10.639/03 (BRASIL,2003). Ambos contribuem para uma educação antirracista, a qual sua prioridade contempla o combate a toda e qualquer forma de preconceito e/ou desigualdade.

2.2. Aplicabilidade da lei 10.639/2003: desafios para a prática docente

As questões relativas a aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar as questões relativas a História e cultura afro-brasileira e africana (AGUIAR, 2010, p.94)

Na nossa sociedade as mudanças no contexto étnico-racial aconteceram através de muitas lutas, sobretudo dos movimentos sociais Uma dessas lutas resultou na conquista da promulgação da lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003). A mesma se configura enquanto ação afirmativa para garantir a implementação dos conteúdos referentes à cultura Afro-Brasileira em sala de aula desde a Educação Infantil, em escolas públicas e particulares do sistema educacional brasileiro. Dessa forma, fica estabelecido no Art.26ª da lei nº 9.394 de dezembro de 1996 a seguinte redação: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL,1996).

Em seguida essa mesma lei foi modificada para 11.645/2008 (BRASIL, 2008), esta acrescenta a história indígena na temática História e Cultura Afro-Brasileira. Dessa forma, busca-se cumprir o estabelecido nos “Art.5º, Art.210º, Art.206º, I.§1º do Art.242º, Art.215º e Art.216º bem como os Art26º, 26A trata que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. 79A e 79B, que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra” na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura o direito de igualdade e condições de vida e cidadania assim como garante igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do acesso as diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros (BRASIL, 1996).

De acordo com o §1º:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracteriza formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e os negros e os índios na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas sociais econômicas e política, pertinente a história do Brasil (BRASIL, 2008, p.18).

Ao tomarmos conhecimento dessas mudanças percebemos que as instituições educacionais devem acompanhá-las na perspectiva de transformações do currículo escolar e da inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Tal documento, ainda muito fechado na maioria das escolas, deveria ser aberto e flexível, afim de que os envolvidos no processo de ensino aprendizagem possam ajudar na construção e na efetivação de políticas que busquem enfrentar as desigualdades étnicas e raciais dentro do sistema de ensino.

Partindo desta possibilidade a base comum curricular oferece subsídios para que cada instituição de ensino elabore seu currículo de forma contextualizada, ou seja, observando a realidade local, social e individual de cada escola e dos seus alunos. Bem como valorizar todos os saberes existentes e promover um ensino aprendizagem direcionado para a formação integral de todos os sujeitos, ajudando na construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática. O artigo 26 da LDB determina que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Diante deste novo cenário, a responsabilidade também é nossa, construir um currículo escolar que atenda estes requisitos de mudanças sociais brasileira. Ou seja, construir um currículo que contemple todas as demandas sociais que vivenciamos diariamente. E percebendo a falta de interesse, compromisso e responsabilidade de alguns profissionais da educação, em particular, de alguns professores em inserirem os conteúdos referentes à África em sala de aula. Podemos observar que quando esses conteúdos são abordados, ainda são feitos de forma pontuais.

Pensando na escola como lugar de construção de conhecimentos, não podemos continuar a reproduzir o eurocentrismo que a sociedade e os livros didáticos produzem, de que o negro é inferior em todas as esferas, política, social e cultural. Através de uma proposta de ação curricular flexível, em comunhão com a reforma da base nacional curricular, vamos

tentar ajudar a reconstruir o currículo escolar nas instituições em que atuamos. De acordo com Brasil (2008):

Os dados indicam que a continuidade das políticas universalistas na educação brasileira deve ser acompanhada de uma preocupação permanente de reconhecer a pluralidade e diversidade da população brasileira de forma a contemplar as especificidades e necessidades dos diferentes grupos étnico-raciais. Assim, a efetivação de um plano nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pode permitir, a negros e não-negros, novas possibilidades educacionais com base no conhecimento das diferenças socioculturais presentes na formação do país. (BRASIL, 2008, p. 25)

Diante disso, nossa proposta é indicar a importância fulcral de introduzir os conteúdos referentes às relações étnico-raciais através de um currículo modificado de acordo com a pluralidade e diversidade existente hoje na nossa sociedade. Pois a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) deve ser aplicada não só nas disciplinas de história, literatura e artes, mas já que a escola deve ser voltada ao multiculturalismo, deve-se aplicar a todo currículo escolar. A mesma é preciso ser aplicada durante todo ano letivo e não apenas em datas pontuais, como: 13 de maio, 20 de novembro, etc. Um currículo assim estruturado baseado na orientação para o reconhecimento da pluralidade cultural e da multietnicidade forneceria os:

(...) elementos para compreensão de que respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação (BRASIL, 1997, p. 19).

Pensar o Brasil de homens e mulheres negros é pensar no racismo como problema que atinge o povo negro, é não ter solidariedade para com o ser humano. Mas podemos pensar em um país misto em que todas as raças dependem uma da outra para tornar todas as culturas mais ricas, prósperas e capazes de contribuir com a construção da história de cada sujeito, através de um currículo flexível e eixos temáticos em que possam ser adaptados a todas as séries são possíveis caminhos apontados para aplicabilidade da lei em sala de aula, fazendo com que os alunos possam perceber a importância e as contribuições que os negros trouxeram, não como herança para nós, mas para serem reinventadas e incorporadas no nosso dia a dia.

(...) o grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se aprende na escola e a vida da população brasileira. Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar porque é o espaço

em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família (BRASIL, 1997, p. 22).

Com esta perspectiva, é possível envolver as crianças desde cedo com a diversidade, contribuindo assim para que haja o desenvolvimento integral, rompendo o preconceito e as desigualdades, proporcionando o respeito às diferenças, como também a construírem e assumirem sua identidade com autonomia e autoestima. Mas não podemos ocultar que mesmo o sistema de ensino tendo avançado quanto à temática do povo negro e os mesmos cada dia que passa vem conquistando seu espaço e fazendo valer os direitos que lhes são assegurados por lei, mas ainda não chega a todos os cidadãos brasileiros e essa luta precisa continuar para que todos tenham uma educação de qualidade e igualitária.

Desse modo, devemos tentar romper através de uma proposta voltada à temática afro-brasileira o conceito elitista que os livros didáticos trazem, pois a escola precisa mostrar outros tipos de culturas aos alunos, para que eles possam conhecer a diversidade existente, assim entendendo e respeitando as diferenças, já que ela faz parte do cotidiano pessoal e escolar de cada sujeito.

Nesta perspectiva, no próximo capítulo apresentaremos os resultados obtidos em nosso estudo de caso, o campo da pesquisa e os sujeitos envolvidos: caracterização da escola, perfil pessoal, profissional e formativo dos (as) professores (as) e análise dos resultados.

3. O CAMPO DE PEQUISA E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E PERFIL DOS (AS) PROFESSORES (AS)

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros, depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados (BRASIL, 2004, p.13).

Neste capítulo apresentamos as análises do estudo de caso realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, localizada no Agreste paraibano com o propósito de mostrar a importância da formação docente, das práticas pedagógicas e aporte teórico referente a lei 10.639/03(BRASIL, 2003) dos (as) como requisitos indispensáveis a efetiva implementação da lei . Desse modo, iniciamos com a caracterização da escola: organização, estrutura e aproximação com a temática étnico racial. Também apresentamos o perfil pessoal, profissional e formativo dos sujeitos envolvidos, e, por fim, a análise dos dados coletados.

3.1. A escola: organização, estrutura e aproximação com a temática étnico-racial

A Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, localizada no Agreste paraibano, funciona em dois turnos: manhã(M) e tarde(T). No primeiro turno (M) possui 8 salas de aulas, as quais comportam alunos de 2º ao 5º ano, estas turmas nas quais realizei a pesquisa. E no segundo turno (T) funciona com alunos de 6º ao 9º ano. Além de cozinha, biblioteca, sala de informática, sala de direção, de professores, banheiros de alunos e professores, almoxarifado. Foi construída no ano de 2012 pelo prefeito em exercício da época Geraldo Mendes da Silva Júnior, a mesma recebeu o nome de Marlene Alves Mendes em homenagem a mãe do prefeito que no mesmo ano de sua construção faleceu, vítima de um câncer.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 1: Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II

A referida escola começou funcionar em 2013 sob nova administração, do então prefeito Rosinaldo Mendes e hoje sendo responsável pela administração do município a atual prefeita Mônica Cristina. Portanto, ela é a maior escola municipal da cidade e recebe um público de aproximadamente 480 alunos por ano, distribuídos nos dois turnos, pela manhã o fundamental I e à tarde o fundamental II. Os (as) alunos (as) que a escola recebe são quase todos denominados de classe baixa renda, pois a maioria vivem do bolsa família ou da agricultura, este já sendo um fator pelo qual as crianças já chegam desmotivadas em sala de aula, cabendo ao professor(a) a difícil tarefa de acreditar e fazê-los acreditarem que são capazes de construir conhecimentos, bem como tornarem sujeitos autônomos e dignos de respeito e oportunidades iguais em uma sociedade com direitos desiguais. Isso porque as leis propagam direitos e deveres iguais para todos(as) cidadãos (ãs) brasileiros, mas na realidade sabemos que não é assim que funciona, pois as oportunidades são mais abertas para quem tem o estereótipos que a sociedade exalta, como: pessoas brancas, de cabelos lisos, formados, etc.

A BIBLIOTECA

A biblioteca da escola é um lugar pequeno, dividida com a sala de informática, mas aconchegante, ambiente decorado, com paredes pintadas e figuras que estimulam a leitura, bem como, com ar condicionado, tapetes e estantes empilhadas de uma variedade muito rica em livros, principalmente em literatura infantil e/ou infanto-juvenil.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 2: Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II

Destacamos a biblioteca porque nela está todo acervo referente à temática afro-brasileira, no entanto, alguns dos sujeitos envolvidos na pesquisa afirmam não conhecerem a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003). Nesse caso a resistência existe em trabalhar a temática não por falta de materiais, mas, talvez por falta de interesse, compromisso e responsabilidade. Em nossa pesquisa encontramos dois livros que consideramos como guia básico para os (as) professores (as) e em grande quantidade, um são as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e o outro o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2013).

Outro ponto que destacamos foi às figuras da parede da biblioteca, pois apesar de ser atraentes e estimulantes à leitura, só expõe crianças brancas. Portanto, o próprio ambiente já discrimina a cultura do negro e enaltece o branco, como só ele seja capaz de pertencer à cultura letrada.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 3: Pinturas das paredes da biblioteca

Com relação aos materiais referentes à temática afro-brasileira, também encontramos vários livros paradidáticos enviados pelo MEC, e voltado aos indígenas encontramos apenas um livro, intitulado: Karu Taru: O pequeno Pajé. No acervo da referida escola foram encontrados os seguintes exemplares voltados à temática do povo negro: O cabelo de Lelê; Uma, duas, três princesas; Tanto Tanto; Menina Bonita do laço de fita; Boi da Cara Preta; Aqualtune; e as histórias da África; Do outro lado tem segredos; Meninas Negras; Todas as cores do negro; A cor da Vida; Bruna e a galinha d'angola. Lima (2001) diz que:

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas através do texto escrito. As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. Se examinadas como conjunto, revelam expressões culturais de uma sociedade. A cultura informa através de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo. E se pensarmos nesse universo literário, imaginado pela criação humana, como um espelho onde me reconheço através dos personagens, ambientes, sensações? Nesse processo, eu gosto e desgosto de uns e outros e formo opiniões a respeito daquele ambiente ou daquele tipo de pessoa ou sentimento. (LIMA, 2001, p. 101-102)

Nesse contexto, percebemos diante do acervo encontrado que tem uma variedade bem instigante ao educador (a) para serem utilizados em sala de aula, mas durante a pesquisa também podemos observar que nem no dia do Livro Didático os alunos são convidados a conhecerem a biblioteca, nem tão pouco professores (as) visitando ou pesquisando algo para implementar em suas práticas. Como também a biblioteca que deve ser um lugar aberto para receber visitas, fazer pesquisas, etc. Fica fechada diariamente, possivelmente, por ser dividida com a sala de informática ou para não desorganizar, pois livro fechado, empilhado em uma

instante de aço é apenas um livro, sem significação alguma. Silva (2007) nos faz refletir dizendo:

A literatura tem um papel importante para a humanidade. A partir dela podem se unir os mitos fundamentais da comunidade, de seu imaginário ou de sua ideologia. Na literatura brasileira, o negro é uma palavra excluída, frequentemente esquecida, ou uma representação inventada pelo outro, em geral é o elemento marginal. (SILVA, 2007, p. 1)

É importante destacar que a literatura infantil e/ou infanto-juvenil traz significativas contribuições para introdução de práticas inovadoras em sala de aula, assim como em algumas delas reproduz o preconceito e/ou racismo sob a ideologia de que tudo que é perfeito, justo e verdadeiro é branco e/ou pertencente ao branco, mas também existem aquelas que valorizam, enaltecem e contribuem com a cultura afro brasileira e africana.

3.2. Perfis dos sujeitos: pessoal, profissional e formativo.

O perfil das professoras foi feito com base em dados coletados por meio de questionário, respondido por sete professoras, referentes à 2º, 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental, já que uma recusou-se responder dizendo que não sabia dar as respostas, estas sujeitos da pesquisa, como também por meio de observações realizadas durante algumas visitas realizadas em sala de aula na escola. Classificamos as professoras por letras e séries que lecionam com o intuito de guardar o anonimato das mesmas para não comprometê-las em possíveis constrangimentos.

Portanto, abaixo destacamos três quadros: o primeiro mostrou o perfil pessoal das professoras envolvidas. O segundo aborda o perfil formativo e o terceiro e último revelou o perfil profissional.

Quadro I - Perfil pessoal dos professores

NÚMERO NO QUESTIONÁRIO	PERGUNTA	ALTERNATIVAS	QUANTITATIVOS
1	QUAL O SEXO?	a) Feminino	7
		b) Masculino	0
2	IDADE	18 a 29 anos	1
		50 a 59 anos	0
		30 a 39 anos	2
		40 a 49 anos	4
		60 anos ou mais	0
3	EM QUAL MUNICÍPIO VOCÊ RESIDE	Guarabira	5
		Pilõesinhos	2
4	QUAL ESTADO CIVIL?	Solteira	1
		Casada	6
5	NÚMERO DE FILHOS	Nenhum	2
		Um	1
		Dois	2
		Três ou mais	2
6	QUAL A ESCOLARIDADE DO SEU PAI?	Nunca frequentou a escola	1
		Ensino Fundamental Incompleto	3
		Ensino Fundamental Completo	2
		Ensino Médio Incompleto	0
		Ensino Médio Completo	1
		Pós-Graduação	0
7	QUAL A ESCOLARIDADE DA SUA MÃE?	Nunca frequentou a escola	0
		Ensino Fundamental Incompleto	2
		Ensino Fundamental Completo	2
		Ensino Médio Incompleto	
		Ensino Médio Completo	1
		Graduação Incompleta	1
		Graduação Completa	0
		Pós-Graduação	0
		Mestra	1

Quadro II - Perfil formativo dos professores

NÚMERO NO QUESTIONÁRIO	PERGUNTA	ALTERNATIVAS	QUANTITATIVOS
8	EM QUANTO TEMPO CONCLUIU SUA GRADUAÇÃO?	Até 2 anos	1
		3 a 6 anos	2
		7 a 10 anos	2
		Mais de 10 anos	2
9	POR QUE OPTOU PELA DOCÊNCIA	Sempre quis	7
		Não havia outra opção	0
10	VOCÊ TEM DOMÍNIO/ FLUÊNCIA (FALA, LÊ E ESCREVE) EM LÍNGUA (S) ESTRANGEIRA (S)?	Nenhuma	7
		Inglês	0
		Francês	0
		Espanhol	0
		Outra (s)	0

Quadro III - Perfil profissional dos professores

NÚMERO NO QUESTIONÁRIO	PERGUNTA	ALTERNATIVAS	QUANTITATIVOS
11	HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ LECIONA?	ATÉ 5 ANOS	0
		6 A 10 ANOS	2
		11 A 15 ANOS	1
		16 A 20 ANOS	2
		MAIS DE 20 ANOS	2
12	EM QUAL (S) MUNICÍPIO (S) VOCÊ TRABALHA?	GUARABIRA	0
		PILÕEZINHOS	7
		OUTRO	1 SAPÉ
13	QUAL SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO?	30 HORAS	6
		40 HORAS	1
		80 HORAS	

Diante dos perfis apresentados podemos perceber que todas são de famílias que tem pouca formação com exceção de uma que sua mãe é mestra, quase todas com responsabilidades extras, além de casadas com filhos. Todas tem uma vasta experiência em Educação, mas nem sempre experiência é o suficiente para fazer a diferença em suas práticas, pois mais importante do que experiência é ter compromisso, força de vontade, inquietação, humildade, insistência, para tornar seu ensino não apenas “ensino”, mas que ele seja também aprendido.

3.3. Analisando os dados

Em observação e questionário realizadas com alguns (as) docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, situada no agreste paraibano, iremos destacar neste item as cinco perguntas semi-estruturadas o qual o questionário dispunha para conhecimento da formação e práticas das professoras com relação à inserção dos conteúdos referentes à cultura afro brasileira e africana, bem como o aporte teórico das mesmas relacionadas à Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003).

Diante disso, podemos perceber que a Lei 10.639/003 (BRASIL, 2003) ainda não foi implementada, pois quando especuladas a respeito do conhecimento da lei, das 7 sete educadoras entrevistadas, apenas 2 duas tem conhecimento da lei e 5 cinco nem conhece, dando pouca importância à necessidade de mudança na abordagem dos conteúdos referentes ao povo negro e também as diversas formas de preconceitos existentes em sala de aula. Portanto apenas 2 disseram inserir os conteúdos no seu cotidiano, mas apenas em datas específicas, como: Abolição dos escravos e dia da Consciência negra. Embora todas afirmarem ser importante desenvolver atividades com temáticas étnico-raciais. Aqui destacamos alguns fragmentos das falas das docentes referentes a essa importância, identificando-as através de letras: A, B, C, D, E, F, G, conforme as séries que lecionam com a finalidade de guardar o anonimato das professoras.

“É importante conscientizar as crianças sobre o respeito um com outro. Mostrar e respeitar as diferenças, trabalhar atividades relacionadas, rodas de conversas, etc.” (Sujeito A, série 2º ano).

“Para uma boa socialização e interação do aluno” (Sujeito B, 2º ano).

“Porque precisamos conscientizar sobre o racismo” (Sujeito C, 3º ano).

“A escola tem um papel preponderante para eliminação das discriminações étnico-raciais e as atividades ajudarão muito” (Sujeito D, 4º ano).

“É importante que os educandos tenham conhecimento das diversas etnias brasileiras” (Sujeito E, 4º ano).

“É importante trabalhar a diversidade e o respeito nas escolas. Como também ensinar a formação da nossa identidade” (Sujeito E, 5º ano).

“Para conscientização” (Sujeito F, 5º ano).

Para tanto concordamos com essas respostas, mas, indagamos se é importante por que não introduz em suas práticas? Apenas duas dizem conhecer a lei e fazem alguma menção a esses conteúdos, mas somente em datas pontuais.

Todavia é lamentável ver o desinteresse de profissionais responsáveis em formar sujeito críticos, descompromissados com a educação voltada para valorização de todos os saberes em prol de favorecer vez e voz para que os sujeitos possam se sentir donos de suas próprias histórias e orgulharem-se dela, principalmente os que são excluídos desde sua família, na escola e na sociedade em geral.

O mais preocupante é que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla várias ações e projetos a serem realizados, como por exemplo: Projeto de leitura e escrita, do São João, do folclore, violência, etc. Nenhuma das ações está baseada nos conteúdos sobre etnias em sala de aula e nem mesmo são realizados de forma significativa, ou seja, sob novas práticas pedagógicas.

Podemos ressaltar que para a introdução desses conteúdos referentes ao povo negro em sala de aula, não é preciso estar no PPP da escola, mas é preciso os (as) docentes terem compromisso com a educação, responsabilidade e comprometimento, pois somos profissionais que devemos reinventar a cada dia as nossas práticas a fim de garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos e entendemos também que as leis mesmo sendo obrigatórias, elas só funcionam se forem cobradas e fiscalizadas.

Em dois projetos realizados na escola, os quais pudemos observar seria o momento ideal para abordagem desses conteúdos, no entanto, passam despercebidos. Um exemplo foi o

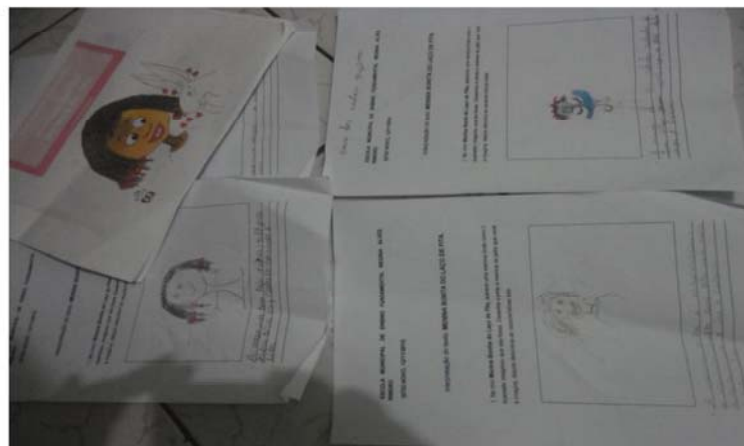
Projeto de Leitura e escrita. Nele os (as) docentes puderam trabalhar dois livros de literatura Infanto Juvenil: Tanto Tanto e Menina Bonita do Laço de Fita. Os mesmos são totalmente voltados à temática do negro, mas, eles foram abordados apenas para estimular a leitura e a escrita e não mostrando o verdadeiro valor que eles têm na temática do Negro.

Vejamos algumas fotos referentes a este projeto



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 4: Roda de leitura do livro: Menina Bonita do Laço de Fita



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 5: Apresentação das atividades realizadas a respeito da obra “Menina Bonita do laço de Fita”

Outras atividades como “trançando cabelos umas das outras” e “desenhar a cara de coelhinhos”, também foram realizadas, mostrando criatividade, sociabilidade entre todos (as) envolvidos (as), mas algo nos chamou a atenção, as crianças que participaram dessas atividades estavam entusiasmadas, mas ambas eram negras. Por que a professora não colocou uma criança negra e outra branca para trançarem seus cabelos? Assim mostrando que

independente da cor da pele e do cabelo todas podem trançar seus cabelos, basta sentir prazer em estarem com cabelos trançados.

A partir daí já percebemos que inconscientemente esse (a) professor (a) está reproduzindo com o seu silêncio o racismo e/ou desigualdade.

Até porque para introduzir a temática, não é preciso dizer que o conteúdo abordado é referente ao negro, mas conscientemente fazer uma reflexão significativa a qual valorize esse povo sem pontuar, pois não se trata de transformar mentes, mas um processo contínuo para que as crianças sejam potencializadas a ter um novo olhar, capaz de transformar as suas vivências.

O outro momento foi à semana destinada ao folclore, mostrando as brincadeiras e brincando também, como pipa, pular corda, peteca, pião, brincadeiras de roda, etc.

Vejamos as fotos:



Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 6: Projeto do folclore: Trabalhando brinquedos e brincadeiras

Por que não aproveitar esses momentos importantes nas vidas das crianças para mostrar que tudo isso são heranças dos negros e que nós incorporamos no nosso dia a dia?

Quanto à importância da formação (inicial e continuada) para trabalhar com a Educação étnico-racial, todas afirmam ser importante, no entanto, apenas três tiveram contato durante sua formação com atividades práticas sobre a temática em estudo. Vejamos algumas falas referentes à importância da formação.

“Conhecimento com a realidade. Conscientizar as crianças a conviver e respeitar as diferenças” (Sujeito A, 2º ano).

“É importante levar este conhecimento para evitar alguns preconceitos em sala de aula” (Sujeito B, 2º ano).

“É importante que tenhamos essa formação para que venhamos está preparados para lidar com estas questões racial no cotidiano em sala de aula ou na sociedade” (Sujeito C, 3º ano).

“Porque vamos conhecer mais aprofundamente o que obriga a lei, e assim adequar conhecimentos e manterem renovado” (Sujeito D, 4º ano).

“Conscientizar e respeitar as diferença” (Sujeito E, 4º ano).

“A formação nos auxilia a lidar com a questão étnico-racial, nos preparando para melhor conscientização” (Sujeito F, 5º ano).

“Na minha concepção, eu não vejo muita atenção pra essa área” (Sujeito G, 5º ano).

Aqui destacamos a qualidade da formação que essas profissionais tiveram durante sua graduação, pois quatro tiveram contato com questões étnico-raciais. Vale ressaltar que apenas duas estudaram em Universidades Públicas e as demais em Universidades particulares. Aqui destacamos que mesmo as instituições públicas diante de tantas crises e desvalorização ainda são melhores e tem profissionais mais bem preparados para formar cidadãos críticos, pois se os conteúdos referentes a cultura afro-brasileira são obrigatórios nos currículos em toda e qualquer instituição, seja particular ou pública. Por que até mesmo a docente que já é mestra não conhece a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003)?

Nas Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico Raciais (BRASIL, 2004) há:

Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior (BRASIL, 2004, p. 3).

Nesse contexto, merecem atenção os chamados “velhos problemas” em relação à formação de professores, que evidenciam desarticulações em diferentes níveis, dentre elas a mais preocupante a desarticulação entre a teoria e a prática, entre o discurso e a ação, o que se configura em gravidade no tocante às questões raciais no Brasil.

Difícil compreender que diante das afirmações das educadoras e dessa citação ainda haja cursos com currículos tão atrasados a ponto de não colocar os estudantes em contato com questões afro-brasileiras. Mas isso não significa dizer que os (as) educadores (as) não sejam capazes de ser potencializadas e potencializadoras de colaborar com as crianças a ver, julgar e agir diante das diversas formas de preconceitos e desigualdades existentes na sociedade. Pois o (a) educador (a) mesmo não tendo contato em sua formação não os impede de ser protagonista de um trabalho de qualidade e buscar condições para a aplicabilidade voltada à educação das relações étnico-raciais, a qual significa, em muitos contextos, a busca e reformulações de novos conceitos e paradigmas, sendo um grande desafio na formação docente.

Todavia, esse estudo nos trouxe como resultado que cada dia é um novo aprendizado e que não se tem formação suficiente para trabalhar qualquer que seja o conteúdo e em se tratando da questão étnico racial pior ainda, pois existe muita resistência, falta de compromisso, desinteresse e acima de tudo amor ao próximo. Como seres humanos reflexivos concordamos com uma educação acima de tudo humanizadora em que prevaleçam às necessidades dos educandos principalmente aqueles que desde cedo são negados todos os seus direitos, permitindo-lhes terem vez e voz de conhecerem suas histórias e reivindicar tudo que lhes foram negados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo na Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II com o propósito de analisar a formação das docentes e as práticas pedagógicas em relação à inserção dos conteúdos referente à cultura e história afro-brasileira, sendo esses, indispensáveis à implementação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Trabalhando com os dados da pesquisa é visível nas respostas do questionário aplicado e nas observações realizadas o silenciamento da escola e dos profissionais que nela atuam em relação a não ressignificação dos conteúdos referentes ao negro em sala de aula, pois o que se percebe é que há apenas reprodução do livro didático em datas específicas.

Diante do desafio e da resistência em incluir a temática étnico racial desde as primeiras séries, diretores, pedagogos e professores, ao serem sensibilizados sobre o problema do racismo no ambiente escolar, tornam-se responsáveis pela promoção de uma educação anti-racista, no sentido de não medir esforços para garantir igualdades de condições de aprendizagem para negros e brancos. Foi possível notar que algumas professoras, são resistentes a temática e em aplicar a lei, pois os conteúdos referentes ao povo negro é dado através de recortes ou quando há tempo.

Para a maioria das professoras da escola pesquisada é importante incluir desde cedo os alunos com questões raciais, mas segundo elas tem uma demanda muito excessiva de conteúdos a serem cumpridos e os referentes ao negro ficando em segundo plano.

O negro, ao adentrar a escola, mesmo tendo direito à educação, nem sempre tem a garantia de vivenciar este direito. Seu silêncio é algo comum, corriqueiro, pois muitas vezes já vem com esse silêncio pré estabelecido da família, seja pela exclusão, seja pelas situações no cotidiano familiar e/ou escolar que o levam a silenciar..

Uma tentativa de mudança neste sentido é a presença da Lei nº 10.693/03 (BRASIL, 2003). No entanto, ter a lei apenas, não é suficiente. É preciso elementos e políticas para implementação da mesma no cotidiano da escola, dando vida a letra e especialmente aos professores, o trabalho com a formação continuada visando à discussão da prática pedagógica como forma de evidenciar a presença da cultura negra no espaço escolar.

Hoje, já existe uma variedade de materiais pedagógicos que possibilitam o trabalho com os alunos de uma forma contextualizada e interessante, partindo da própria realidade da

sala de aula, dos próprios alunos, trazendo elementos da cultura africana para o espaço da sala de aula. Como exemplo, vimos que os projetos realizados na escola são de suma importância para aprendizagem das crianças, os quais as aproximam de suas realidades, mas o que talvez tenha faltado foi a reflexão sobre as obras trabalhadas e as brincadeiras a fim de mostrar que independente da cor todos são bonitos (as), capazes de aprender, brincar e ser independentes.

Outro elemento é a identidade negra, e acerca disso cabe questionarmos: Como pensar neste aspecto, numa escola que não consegue dar visibilidade à criança que nela está inserida e que sofrendo desigualdade e/ou preconceito, silencia-se?

A identidade é a consciência que temos de nós próprios, de nossos pais, de nossa raça, de nossa família e se constitui também dentro da escola. Nessa perspectiva, o nosso papel como educadores (as) vai além de conteúdos, deve estar incumbida em nós à constituição do ser humano, que embora vivido individualmente, é também um sujeito político e social.

É preciso como educadores (as) termos a clareza que trabalhamos com o ser humano, e portanto, se faz necessário a reflexão e toda a ética, conhecimento e cuidado possíveis. Ou seja, é dar oportunidade dos alunos se expressarem contribuindo para que em uma sociedade em que poucos têm vez e voz possam se sentir mais gente, mais humanos, donos de suas próprias histórias, capazes de reivindicar todos os seus direitos.

Portanto, este trabalho pretendeu contribuir com o aprendizado e ampliação do conhecimento, favorecendo futuros alunos, professores e a Educação como um todo a lutarem pela equidade, independente da cor da pele, religião ou cultura, pois todos merecem viver e ser respeitados em suas diferenças, cooperando com a formação da autoestima, desconstruindo o racismo, as desigualdades e afirmando a construção da identidade da criança negra em seu convívio social.

Com esta perspectiva, é possível envolver as crianças desde cedo com a diversidade, contribuindo assim para que haja o desenvolvimento integral, rompendo o preconceito e as desigualdades, proporcionando o respeito às diferenças, como também a construirmos e assumirmos sua identidade com autonomia e autoestima. Mas, não podemos ocultar que mesmo o sistema de ensino tendo avançado quanto à temática do povo negro e os mesmos cada dia que passa vem conquistando seu espaço e fazendo valer os direitos que lhes são

assegurados por lei, mas ainda não chega a todos os cidadãos brasileiros e essa luta precisa continuar para que todos tenham uma educação de qualidade e igualitária.

Desse modo, devemos tentar romper, através de uma proposta contínua voltada à temática afro brasileira, o conceito elitista que os livros didáticos trazem, pois a escola precisa mostrar outros tipos de culturas aos alunos, para que eles possam conhecer a diversidade existente e, assim, entendendo e respeitando as diferenças, já que ela faz parte do cotidiano pessoal e escolar de cada sujeito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina C. Teixeira; AGUIAR, Fernando J. Ferreira. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação de professores em Sergipe**. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial © by PPGH-UNISINOS.

ALONSO, Kátia Morosov. **Formação de professores em exercício, educação a distância e a consolidação de um projeto de formação: o caso da UFMT**. 2005. 322 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília. Secretaria Especial de Políticas de promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília : MEC, SECADI, 2013.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares Nacionais: Arte/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/S EF, 1998.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Dezembro de 1988.

CAVALLEIRO, E. **Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola**. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse SILVEIRA, Sônia M. (Org.) **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas Públicas voltadas para as Diversidades: A Igualdade Racial na Educação Infantil – Um Caminho a ser percorrido**. Paraná: UFPR, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

LIMA, Heloisa. Personagens negros: Um breve perfil na literatura Infanto-Juvenil. In: MUNANGA, Kabengele. (org) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

DIAS, Lucimar Rosa. **Políticas Públicas voltadas para as Diversidades: A Igualdade Racial na Educação Infantil – Um Caminho a ser percorrido**. Paraná: UFPR,

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999

_____. **Racismo esta luta é de todos**. In: Raça Brasil, ano 5, nº 50, 2000 p.13-15.

_____. **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Vozes, Petrópolis, Rj: 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura Infantil e ideologia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

SILVA, M. R. **A literatura infanto-juvenil de matriz afro-brasileira**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

VIDEIRA, P. L. **Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela educação popular**. Padê, Brasília, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL - 2016 (TURMA II)**

QUESTIONÁRIO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Pesquisadora: Maria Gorete da Silva dos Santos
Orientadora: Profa. Ms. Sheila Gomes de Melo**

Título da pesquisa: O PAPEL DA ESCOLA E DA DOCÊNCIA NO TRABALHO PEDAGÓGICO RELACIONADO À LEI 10.639/03

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa e, ao aceitar, estará permitindo a utilização dos dados aqui fornecidos. A sua identificação não será divulgada, todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e serão usadas pela pesquisadora, exclusivamente, para suas pesquisas acadêmicas.

Tendo em vista o conteúdo do parágrafo acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento em participar da pesquisa.

Nome e contato (email e telefone)
do(a) participante da pesquisa

Assinatura do(a) participante da pesquisa

A-Perfil Pessoal

1. Sexo: Feminino Masculino

2. Idade:

18 a 29 anos 50 a 59 anos

30 a 39 anos 60 anos ou mais

40 e 49 anos

3. Em qual município você reside?

4. Qual seu estado civil?

Solteiro(a) Separado(a) / desquitado(a) / divorciado(a)

Casado(a) Viúvo(a)

União estável Outro

5. Número de filhos?

Nenhum Um Dois Três ou mais

6. Qual a escolaridade do seu pai?

Nunca frequentou a escola Ensino médio completo

Ensino fundamental incompleto Ensino superior incompleto

Ensino fundamental completo Ensino superior completo

Ensino médio incompleto Pós-graduação

7. Qual a escolaridade da sua mãe?

Nunca frequentou a escola Ensino médio completo

Ensino fundamental incompleto Ensino superior incompleto

Ensino fundamental completo Ensino superior completo

Ensino médio incompleto Pós-graduação

B-Perfil formativo

8. Há quanto tempo concluiu a sua graduação? (se fez mais de um curso, considere o último curso concluído)

Até 2 anos 3 a 6 anos 7 a 10 anos mais de 10 anos

9. Porque optou pela docência?

Sempre quis Não havia outra opção Qual outro? _____

10. Você tem domínio/fluência(fala, lê e escreve) em língua(s) estrangeira(s)?

Nenhuma Inglês Francês Espanhol

Outras(s). Qual(is)? _____

C-Perfil profissional

11. Há quanto tempo leciona?

Até 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos 16 a 20 anos mais que 20 anos

12. Em qual(s) município(s) você trabalha?

13. Qual a sua carga horária semanal de trabalho?

Parte 2: Questões sobre Educação étnico-racial e a Formação dos Professores

14. É importante desenvolver atividades com temáticas étnico-raciais nas escolas. Por quê? _____

15. Você conhece a lei que garante o ensino de História e cultura afro brasileira desde a educação infantil? _____

16. Durante a sua formação inicial, ocorreram atividades práticas ou de campo relacionadas a Educação étnico-racial? Você foi envolvido (a) com projetos nessa temática?

17. Em sua sala de aula você introduz algum conteúdo relacionado à educação étnico racial? Caso sua resposta seja afirmativa, indique se você faz isso com frequência ou somente em alguns momentos e quais esses momentos. Se for negativa informe quais problemas você destaca para introduzir esses conteúdos.

18. Qual a importância da formação (inicial e continuada) para trabalhar com a Educação étnico-racial?

Obrigada pela colaboração de vocês!